

E a parte do governo nesta crise?

Conter as despesas públicas e, em seguida, os aumentos salariais reais está certo. Conter os gastos públicos e os aumentos de salários ao mesmo tempo está bem. Mas conter drasticamente os aumentos salariais, inclusive pela modificação dos cálculos do INPC, sem se saber ao certo como ficarão os gastos governamentais, ou antes da contenção deles, é inaceitável. Essa foi uma das observações feitas ontem pelo empresário José Mindlin, ao analisar o documento que descreve a economia brasileira e que será submetido à direção do FMI, e comentar os efeitos da recente maxidesvalorização da moeda.

— O INPC existe para medir o custo de vida; se são suprimidos deles os efeitos da maxidesvalorização, para que ele vai servir? Eu tenho dito várias vezes que realmente a lei salarial é inflacionária, mas não é principal fator. O principal fator são os gastos públicos — salientou — e isso é que precisa ser posto realmente em ordem.

Mindlin disse que ficou chocado com a insensibilidade que a linguagem técnica do FMI demonstra para os problemas sociais, que mal são citados de passagem, e com a facilidade com que se cogita de uma recessão, um remédio sempre muito doloroso para a sociedade.

— Além do mais, há uma tremenda distância entre a realidade e a visão teórica dela, feita a partir de gabinetes confortáveis — disse.

Assim, ele não acredita que a situação econômica evolua exatamente da maneira esperada pelos técnicos do Fundo. Como exemplo cita a dificuldade de se passar, no período 83/84, de crescimento negativo do PIB, de 3,5%, para crescimento positivo, de 2%, logo em seguida.

Outras contradições apontadas no documento: recessão combinada com aumento de exportações; expansão da poupança nacional combinada com queda da produção interna; e desafogar o mercado financeiro, para deixá-lo livre para as empresas privadas (livre da pre-

sença majoritária do governo) ao mesmo tempo em que se aumentará a carga fiscal. Neste último aspecto, as empresas teriam um pouco mais de disponibilidade de crédito interno, mas seriam penalizadas, com uma carga fiscal muito maior.

Bola-de-neve

O empresário acredita que a atual situação econômica brasileira, muito difícil, vem crescendo como bola-de-neve desde o momento em que o Brasil devia 30 bilhões de dólares, em 73/74, e veio a crise do petróleo. De novembro, ocasião em que deve ter sido preparado o relatório, até hoje, também a bola-de-neve foi rolando, com mais velocidade ainda, o que faz alguns números do documento estarem defasados.

— E não adianta ficar dizendo que a culpa é dos bancos. Nossos problemas não podem ser resolvidos pelos bancos. Se um banco emprestou dez bilhões por cinco anos, tendo tomado esse dinheiro do cliente também por cinco anos — argumenta —, como ele vai dobrar o prazo de pagamento para dez anos? Essa "Opep dos países devedores" também não vai adiantar nada, porque se o Brasil, a Argentina e o México deixarem de receber insumos essenciais dos países credores, não poderão continuar a viver. A única perspectiva, então, é entendimentos governo-governo, entre os países devedores e os credores, que refinanciem débitos em prazos viáveis".

A iniciativa anunciada pelo presidente do Banco Central, Carlos Langoni, de manter entendimentos com 11 bancos centrais dos países credores, pareceu eficiente ao empresário: "Pelo menos, é melhor do que marcar prazo aos bancos até segunda-feira. O devedor dando um ultimato de prazo ao credor é ridículo".

Recursos e distorções

Mindlin lembrou que o secretário de Estado norte-americano, George Shultz, em seu recente pronunciamento a respeito da situação do Terceiro Mundo, já alertara que o problema não é só dos ban-

cos, é de todas as sociedades.

— Mas quando o documento do Fundo diz que a opção brasileira, de crescimento mediante dívida externa, gerou distorções — observou —, acho que seria justo lembrar que muitos desses recursos externos foram colocados em programas importantes de infra-estrutura:

energia hidrelétrica, estradas, saneamento. Também foram empregados em projetos caros e discutíveis, como o Programa Nuclear e a Ferrovia do Aço. Mas pelo menos não estamos no caso de países, como a Argentina, que tomaram empréstimos para comprar armas e pagar salários.